



**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO –CRMV/ES**

ADVOGADO

CÓDIGO DA PROVA

S01 T

TARDE

Verifique se o código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas.

TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE DE MAHATMA GANDHI PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

“A arte da vida consiste em fazer da vida uma obra de arte.”

ATENÇÃO:

Duração da prova: 4 horas e 30 minutos.

Este caderno contém 50 questões de múltipla escolha, cada uma com 5 alternativas de resposta – A, B, C, D e E – conforme disposição abaixo e Prova Discursiva.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
- Língua Portuguesa	10	1,5
- Raciocínio Lógico	5	1
- Noções de Informática	5	1
- Legislação	10	2,5
- Conhecimentos Específicos	20	2,5

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas e Folha de Respostas.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.

Não haverá substituição do Cartão de Respostas das questões objetivas e/ou da Folha de Respostas da questão Discursiva por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas da prova objetiva assinado e a Folha de Respostas da Prova Discursiva. Não se esqueça dos seus pertences.

A Prova Discursiva deverá ser desenvolvida na Folha de Respostas destinada a essa finalidade, personalizada e desidentificada pelo candidato, que deverá destacar o canhoto que contém seus dados cadastrais. A Folha da Prova Discursiva é o único documento válido para a correção.

O preenchimento da Folha da Prova Discursiva será de sua inteira responsabilidade.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas e a Folha da Prova Discursiva.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

Aplicativos: inovação em transporte

Rio - A inovação é o fator mais importante para o desenvolvimento econômico. A concorrência só existe em razão da inovação, das melhorias realizadas no produto. As empresas não devem basear suas estratégias empresariais de crescimento e maximização dos lucros apenas e tão somente na variável preço, e sim devem se tornar competitivas “através de novas mercadorias, novas tecnologias, novas fontes de oferta, novos tipos de organização (a grande unidade de controle em larga escala)”, concorrência esta que comanda uma vantagem decisiva de custo ou qualidade e que atinge não a fímbria dos lucros e das produções das firmas existentes, mas suas fundações e suas próprias vidas.

A empresa que não se atualiza, morre asfixiada! O consumidor gosta do novo, do melhor, e do custo-benefício que o produto gera a ele.

Quando falamos de Uber, não é diferente. O Uber é mais uma inovação conjunta de um serviço já prestado, não é concorrência desleal, não se pode limitar uma prestação de serviço por fazer concorrência a outra. A concorrência existe, é real e é benéfica para a sociedade, cuja finalidade é o bem maior.

O contraposto veio para o taxista, que deverá melhorar sua forma de atender o cliente: carro limpo, carro arrumado, sem cheiro de cigarro, sem mau humor e o mais importante, não poder dizer “não” ao cliente em razão do pequeno trajeto a ser realizado; o que se vê em épocas de grandes eventos aqui na cidade do Rio de Janeiro, como no carnaval e no ano novo.

Alguns taxistas já aderiram a aplicativos, como o ‘Taxi Rio’, no qual a relação de preço e o atendimento são tão bons quanto o Uber. Hoje já podemos notar que a concorrência no setor de transporte privado vem fazendo a diferença, e o beneficiado costumeiramente é o consumidor!

A concorrência é um dos Princípios da Ordem Econômica, previsto no artigo 170, da Carta Magna, sendo fator essencial para o desenvolvimento econômico e o bem estar do consumidor. No caso ‘Táxi x Uber’, e ‘Táxi x Táxi aplicativo’, o que observamos é a mudança vindo com uma roupagem nova na prestação do serviço já existente, e o fim do monopólio do serviço de transporte individual dos táxis.

Para concluir, é necessário dar ênfase tanto ao princípio da livre concorrência quanto ao da livre iniciativa, que possuem como objetivo proteger os agentes econômicos, as pessoas físicas e jurídicas e os consumidores de quaisquer atos ou condutas que possam impedir, dificultar, obstruir, falsear ou

restringir as atividades econômicas e o mercado em si, mediante o abuso do poder econômico.

Por Fernanda Pereira – Advogada criminalista
Retirado em: <https://odia.ig.com.br/opiniao/2018/10/5581463-aplicativos-inovacao-em-transporte.html#foto=1>

Questão 01

O texto aborda as questões relacionadas às inovações em transportes. Com esse texto a autora tem o objetivo de:

- A) mostrar que as transformações são necessárias e que não se deve manter-se estacionadas naquilo que um dia já rendeu bons lucros.
- B) mostrar para o leitor que há diferentes aplicativos de transporte.
- C) mostrar que empresas como o Uber, que fazem uso da tecnologia, são totalmente despreparadas.
- D) mostrar a diferença de atendimento dos taxistas para o atendimento dos motoristas de Uber.
- E) mostrar que inovações são desnecessárias quando se visa o lucro da empresa.

Questão 02

A autora finaliza o texto dando uma solução para o problema. Em síntese, a autora propõe que:

- A) é necessário criar normas para a concorrência, tornando a disputa menor.
- B) a livre concorrência e a livre iniciativa devem ser postas à prova por não beneficiar a todos de maneira justa.
- C) o uso de poder econômico é algo essencial para a justa concorrência.
- D) é necessário acabar com a livre concorrência.
- E) é necessário tornar visível que a livre concorrência e a livre iniciativa são direito de todos.

Questão 03

“A empresa que não se atualiza, morre asfixiada!”

No trecho retirado do texto a autora faz uso de qual figura de linguagem?

- A) Antítese
- B) Ironia
- C) Eufemismo
- D) Hipérbole
- E) Prosopopeia

Questão 04

“(...) concorrência esta que comanda uma vantagem decisiva de custo ou qualidade e que atinge não a FÍMBRIA dos lucros e das produções das firmas existentes, mas suas fundações e suas próprias vidas.”

O termo em destaque poderia ser substituído, sem alterar o sentido da sentença, por:

- A) FRONTEIRA
- B) SOBRA
- C) QUEDA
- D) BANDA
- E) MARGEM

Questão 05

“O CONTRAPOSTO veio para o taxista, que deverá melhorar sua forma de atender o cliente (...)”

Qual é o significado da palavra em destaque no trecho acima?

- A) Anverso
- B) Imposto
- C) Contrário
- D) Conferido
- E) Favorável

Questão 06

“A concorrência existe, é real e é benéfica para a sociedade, CUJA FINALIDADE É O BEM MAIOR.”

O conectivo CUJA exerce qual função sintática na oração em destaque?

- A) Adjunto adverbial
- B) Complemento nominal
- C) Predicativo do sujeito
- D) Sujeito
- E) Adjunto adnominal

Questão 07

“A concorrência existe, é real e é benéfica para a sociedade, CUJA FINALIDADE É O BEM MAIOR.”

Sintaticamente a oração em destaque é classificada como uma:

- A) oração subordinada substantiva.
- B) oração subordinada adverbial.
- C) oração subordinada adjetiva.
- D) oração coordenada assindética.
- E) oração coordenada sindética.

Questão 08

“A inovação é o fator mais importante para o desenvolvimento econômico. A concorrência só existe em razão da inovação, das melhorias realizadas no produto.”

Para que o texto se torne mais coeso usamos em seu corpo elementos que nos auxiliam para a melhor compreensão do todo do texto, como por exemplo, o uso dos conectivos.

Em qual das alternativas o uso dos conectivos inseridos não altera o sentido do trecho?

- A) “A inovação é o fator mais importante para o desenvolvimento econômico, sobretudo, a concorrência só existe em razão da inovação, das melhorias realizadas no produto.”
- B) “A inovação é o fator mais importante para o desenvolvimento econômico, todavia, a concorrência só existe em razão da inovação, das melhorias realizadas no produto.”
- C) “A inovação é o fator mais importante para o desenvolvimento econômico, no entanto, a concorrência só existe em razão da inovação, das melhorias realizadas no produto.”
- D) “A inovação é o fator mais importante para o desenvolvimento econômico, entretanto, a concorrência só existe em razão da inovação, das melhorias realizadas no produto.”
- E) “A inovação é o fator mais importante para o desenvolvimento econômico, portanto, a concorrência só existe em razão da inovação, das melhorias realizadas no produto.”

Questão 09

"A concorrência é um dos Princípios da Ordem Econômica, previsto no artigo 170, da Carta Magna, SENDO FATOR ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O BEM ESTAR DO CONSUMIDOR."

O sujeito da oração em destaque é:

- A) Carta Magna
- B) Princípio
- C) Ordem econômica
- D) Uber
- E) Concorrência

Questão 10

A palavra "concorrência" é acentuada da mesma forma que:

- A) Míope
- B) Nobel
- C) Cateter
- D) Quilômetro
- E) Imundície

RACIOCÍNIO LÓGICO**Questão 11**

A negação das proposições:

P: "Maria não foi ao teatro" e

V: "Paulo foi ao futebol"

é:

- A) Maria foi ao teatro e Paulo foi ao futebol.
- B) Maria não foi ao teatro e Paulo não foi ao futebol.
- C) Maria foi ao teatro ou Paulo não foi ao futebol.
- D) Maria foi ao teatro ou Paulo foi ao futebol.
- E) Maria foi ao teatro e Paulo não foi ao futebol.

Questão 12

As seguintes proposições lógicas formam um conjunto de premissas de um argumento:

- Se João é físico, então Carlos é matemático.
- Se Carlos não é matemático, então José não é químico.
- José é químico.

Pode-se afirmar que:

- A) Carlos é químico.
- B) João não é físico.
- C) José não é químico.
- D) João é físico.
- E) Carlos não é matemático.

Questão 13

Observe a sequência abaixo

5, 3, 1, -1, ...

Marque a alternativa que apresenta o valor do 50º termo.

- A) - 92
- B) - 98
- C) - 95
- D) - 93
- E) - 94

Questão 14

Em uma ação judicial um advogado cobra seus honorários de acordo com o valor da indenização requerida no processo. Um advogado tem 6 processos que juntos somam um montante de 100 mil reais. Sabendo que o advogado recebeu um valor líquido de 24 mil reais e que as custas administrativas de seu escritório foram de R\$ 4.500,00 marque a alternativa que apresente o valor da porcentagem requerida pelo advogado pelos processos, sabendo que as custas estão inclusas no valor dos honorários.

- A) 28%
- B) 30%
- C) 29,5%
- D) 28,5%
- E) 29%

Questão 15

Se as proposições lógicas simples P for falsa e Q e W forem verdadeiras, então pode-se afirmar que as proposições $P \rightarrow Q$, $P \wedge (Q \wedge W)$ e $(P \vee Q) \wedge (Q \wedge W)$, são, respectivamente:

- A) Falsa, falsa e falsa.
- B) Verdadeira, verdadeira e verdadeira.
- C) Verdadeira, verdadeira e falsa.
- D) Falsa, verdadeira e verdadeira.
- E) Verdadeira, falsa e verdadeira.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**Questão 16**

Um usuário de um computador com o sistema operacional Linux deseja criar um novo diretório de arquivos. O comando a ser utilizado é o:

- A) pine.
- B) mkdir.
- C) rm.
- D) ls.
- E) cd.

Questão 17

Nas versões atuais do sistema operacional MS Windows, um caractere que é proibido de ser utilizado em nomes de arquivos é o:

- A) &
- B) _
- C) \$
- D) <
- E) ~

Questão 18

Um usuário do software de planilha eletrônica Calc, do pacote BrOffice, deseja utilizar uma função que retorna o maior valor na enésima posição de um intervalo de células definido. Essa função é a:

- A) MAIOR.
- B) ABS.
- C) MÁXIMO.
- D) CONT.NÚM.
- E) VALOR.

Questão 19

Um usuário do navegador Mozilla Firefox deseja acessar, via teclas de atalho, a operação de abrir arquivo. Para isso, ele deve acessar as teclas de atalho:

- A) F3
- B) CTRL+O
- C) ALT+F4
- D) F5
- E) CTRL+R

Questão 20

Um usuário do editor de textos Writer do pacote BrOffice deseja selecionar todo o texto de um documento utilizando teclas de atalho. As teclas de atalho a serem utilizadas, para esse caso, são CTRL+

- A) D.
- B) A.
- C) B.
- D) C.
- E) E.

LEGISLAÇÃO

Questão 21

Acerca da Lei nº 5.550/1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de zootecnista, assinale a assertiva correta.

- A) na administração pública é facultativo, sob pena de crime de responsabilidade, a apresentação do diploma por parte daqueles a quem esta lei permitir o exercício da profissão de zootecnista, sempre que se tratar de provimento de cargos que ela deles tornou privativos.
- B) as penas disciplinares aplicáveis ao zootecnista são divergentes dos demais profissionais obrigados a registro no mesmo Conselho Regional.
- C) o poder de disciplinar e aplicar penalidades ao zootecnista compete exclusivamente ao Conselho Regional em que estiver inscrito, ao tempo da falta punível.
- D) a apresentação do diploma dispensa a prestação do concurso.
- E) a fiscalização do exercício da profissão de zootecnista será exercida pelo Conselho Estadual e pelos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Questão 22

Assinale a afirmativa que corresponde ao cargo público que tem como obrigatória a apresentação de declaração de bens, com indicação das fontes de renda, no momento da posse, na forma da Lei 8.730/93.

- A) Membros da Magistratura Estadual.
- B) Ministros de Estado.
- C) Membros do Ministério Público Estadual.
- D) Membros das Assembleias Legislativas Estaduais.
- E) Governador dos Estados.

Questão 23

No que tange à Lei nº 8.730/1993, que estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e dá outras providências, assinale a assertiva correta.

- A) Na declaração de bens e rendas também serão consignados os ônus reais e obrigações do declarante, excluindo seus dependentes.
- B) No caso de inexistência do instrumento de transferência de propriedade, será dispensada a indicação do valor de aquisição do bem, facultada a indicação de seu valor venal à época do ato translativo, ao lado do valor venal atualizado.
- C) Será ilícito ao Tribunal de Contas da União utilizar as declarações de rendimentos e de bens, recebidas nos termos deste artigo, para proceder ao levantamento da evolução patrimonial do seu titular e ao exame de sua compatibilização com os recursos e as disponibilidades declarados.
- D) Os bens serão declarados, discriminadamente, pelos valores de aquisição constantes dos respectivos instrumentos de transferência de propriedade, com indicação concomitante de seus valores de mercado.
- E) Na declaração constará, ainda, menção a cargos de direção e de órgãos colegiados que o declarante exerça ou haja exercido nos últimos três anos, em empresas privadas ou de setor público e outras instituições, no País e no exterior.

Questão 24

O exercício, no país, da profissão de médico-veterinário, observadas as condições de capacitação e demais exigências legais, é assegurado:

- A) aos que possuam, devidamente revalidado e registrado no País, diploma expedido por instituição estrangeira de ensino superior de medicina veterinária, bem como os que tenham esse exercício amparado por convênio internacional firmado pelo Brasil.
- B) aos que possuam, independentemente de registro, diploma expedido por instituição nacional de ensino superior de medicina veterinária, a fim de viabilizar o exercício da profissão.
- C) aos brasileiros natos e naturalizados, sendo vedado o exercício da profissão por parte de estrangeiro.
- D) aos que possuam, devidamente registrado, diploma expedido por instituição nacional de ensino superior de medicina veterinária, oficial ou reconhecida pela Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Saúde.
- E) aos estrangeiros contratados que, a critério do Conselho Federal de Saúde, e considerada a escassez de profissionais de determinada especialidade e o interesse nacional tenham seus títulos registrados temporariamente.

Questão 25

Acerca da Conceituação, Vinculação e Finalidade dos Conselhos de Medicina Veterinária, na forma do Regulamento do exercício da profissão de médico-veterinário e dos Conselhos de Medicina Veterinária (Decreto 64.704/1969), pode-se afirmar que:

- A) os Conselhos de Medicina Veterinária funcionarão com Quadro de Pessoal próprio, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Federais.
- B) o exercício do mandato de membro do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária é considerado como de efetivo exercício no cargo que o titular ocupe no serviço público.
- C) os Conselhos Federal e Regionais, de Medicina Veterinária constituem em seu conjunto uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito privada, com autonomia técnica, administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.
- D) o exercício financeiro da autarquia divergirá com o ano civil.
- E) os Conselhos deverão contar com o concurso de servidores públicos da administração direta ou indireta, colocados a sua disposição na forma da legislação em vigor, mediante requisição dos respectivos Presidentes.

Questão 26

Acerca do registro das entidades que menciona no Conselho de Medicina Veterinária, de acordo com o Decreto 69.134/1971, assinale a assertiva correta.

- A) A taxa de inscrição corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do maior salário-mínimo da região abrangida pelo Conselho vigente na data do seu recolhimento.
- B) A taxa de inscrição e a anuidade sofrerão um acréscimo sobre o seu valor, quando pagas fora do prazo estabelecido neste Decreto, cabendo ao Conselho de Medicina Veterinária promover a cobrança judicial, em caso de atraso de pagamento superior a 60 (sessenta) dias.
- C) O pedido de registro das entidades, em funcionamento na data deste decreto, deve ser requerido ao Presidente do Conselho de Medicina Veterinária, correspondente à região onde se localiza a entidade, até 30 (trinta) dias após a publicação deste Decreto.
- D) A anuidade deve ser paga até o dia 31 de maio de cada ano.
- E) As entidades, inclusive suas filiais, que não estejam obrigadas ao registro de capital social, pagarão anuidade correspondente a 2 (dois) salários mínimos da região jurisdicionada pelo respectivo Conselho de Medicina Veterinária.

Questão 27

Quanto ao comportamento profissional, é vedado ao zootecnista, nos moldes da Resolução 413/1982 do Conselho Federal de Medicina Veterinária:

- A) abster-se de atos que impliquem no mercantilismo profissional e no charlatanismo, combatendo-os quando praticados por outrem.
- B) vincular-se às entidades locais da classe, participando das suas reuniões.
- C) prestigiar iniciativas em prol dos interesses da classe e da coletividade, por meio dos seus órgãos representativos.
- D) divulgar ou permitir a publicação de atestados e cartas de agradecimento.
- E) divulgar descobertas e práticas zootécnicas cujo valor esteja comprovado cientificamente.

Questão 28

Quanto ao procedimento administrativo previsto na Resolução 672/2000 do Conselho Federal de Medicina Veterinária, pode-se afirmar que:

- A) o CRMV notificará o Autuado da decisão transitada em julgado do Processo Administrativo e, tendo sido mantido o Auto de Infração, encaminhará concomitantemente pelo correio, com aviso de recebimento, o Auto de Multa e o boleto para recolhimento.
- B) decorridos 30 (trinta) dias sem que o autuado apresente defesa administrativa ou regularize sua situação perante o CRMV, será lavrado o Auto de Multa, cuja data de vencimento será de 15 (quinze) dias após a sua emissão.
- C) sendo apresentada defesa contra o Auto de Infração ou recurso contra o Auto de Multa, deverá haver o pagamento do Auto de Multa até decisão do Plenário do CRMV e, caso a tese de defesa seja aceita, ocorrerá o reembolso do valor.
- D) tendo sido lavrado o Auto de Infração, o autuado terá 15 (quinze) dias, a contar da lavratura do documento, para apresentar defesa administrativa ou regularizar sua situação perante o CRMV.
- E) decorridos 15 (quinze) dias sem que o autuado apresente defesa administrativa ou regularize sua situação perante o CRMV, será lavrado o Auto de Multa, cuja data de vencimento será de 30 (trinta) dias após a sua emissão.

Questão 29

José, sendo profissional de medicina veterinária, opinou, sem solicitação de pelo menos uma das partes interessadas, a respeito de animal que estava sendo comercializado. De acordo com o Código de Ética do Médico Veterinário, José incorrerá na prática da infração:

- A) séria.
- B) levíssima.
- C) gravíssima.
- D) grave.
- E) leve.

Questão 30

Acerca das Infrações e Penalidades previstas no Código de Ética do Médico Veterinário (Resolução 1138/2016), assinale a assertiva correta.

- A) As infrações graves culminarão com a aplicação da pena de suspensão do exercício profissional por até 120 dias.
- B) As infrações sérias culminarão com a aplicação da pena de censura pública.
- C) As infrações levíssimas culminarão com a aplicação da pena de censura confidencial.
- D) As infrações gravíssimas culminarão com a aplicação da pena de suspensão do exercício profissional por até 90 dias.
- E) As infrações leves culminarão com a aplicação da pena de advertência confidencial.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 31**

O artigo 20 da Lei 10.522/02 aduz que "Serão arquivados, sem baixa na distribuição, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais). § 1º Os autos de execução a que se refere este artigo serão reativados quando os valores dos débitos ultrapassarem os limites indicados." Com isso, pode-se afirmar que:

- A) apenas a União deve obedecer, exceto os Conselhos Profissionais.
- B) a União, os Estados, o Distrito Federal e Municípios devem obedecer tal dispositivo.
- C) apenas a União, inclusive os Conselhos Profissionais, deve obedecer tal dispositivo.
- D) apenas a União e Estados devem obedecer tal dispositivo.
- E) apenas a União e Distrito Federal devem obedecer tal dispositivo.

Questão 32

Com relação à cobrança de anuidades aos Conselhos Profissionais, é correto afirmar que:

- A) os Conselhos devem cobrar seus respectivos créditos sempre que houver inadimplência, sem qualquer dispensa.
- B) os Conselhos poderão deixar de promover a cobrança judicial de valores inferiores a 5 (cinco) vezes o valor de que trata o inciso I do art. 6º da Lei nº 12.514/2011 (R\$ 500,00).
- C) os Conselhos poderão deixar de promover a cobrança judicial de valores inferiores a 3 (três) vezes o valor de que trata o inciso I do art. 6º da Lei nº 12.514/2011 (R\$ 500,00).
- D) os Conselhos poderão deixar de promover a cobrança judicial de valores inferiores a 2 (duas) vezes o valor de que trata o inciso I do art. 6º da Lei nº 12.514/2011 (R\$ 500,00).
- E) os Conselhos poderão deixar de promover a cobrança judicial de valores inferiores a 10 (dez) vezes o valor de que trata o inciso I do art. 6º da Lei nº 12.514/2011 (R\$ 500,00).

Questão 33

Ainda com relação à cobrança de anuidades aos Conselhos Profissionais, pode-se afirmar que:

- A) os Conselhos poderão executar quaisquer valores devidos, desde que inscritos em dívida ativa e sem sua exigibilidade suspensa.
- B) os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 5 (cinco) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente.
- C) os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 4 (quatro) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente.
- D) os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 2 (duas) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente.
- E) os Conselhos não executarão judicialmente dívidas referentes a anuidades inferiores a 6 (seis) vezes o valor cobrado anualmente da pessoa física ou jurídica inadimplente.

Questão 34

Com base no art. 151 do Código Tributário Nacional e na pacífica jurisprudência do STJ, são hipóteses de suspensão e interrupção do prazo prescricional, respectivamente:

- A) todas as hipóteses de suspensão do crédito tributário, previstos no art. 151 do CTN, também são hipóteses de suspensão da prescrição.
- B) moratória e concessão de liminar em Mandado de segurança.
- C) moratória e Impugnação.
- D) impugnação e depósito do montante integral.
- E) parcelamento e parcelamento.

Questão 35

É correto afirmar que o fato gerador das anuidades é a:

- A) existência de inscrição no conselho, excluindo-se aquele por tempo limitado inferior a 1 (um) ano de mera inscrição, ao longo do exercício.
- B) existência de inscrição no conselho, com exercício pleno da atividade, ainda que por tempo limitado, ao longo do exercício.
- C) existência de inscrição no conselho, excluindo-se aquele por tempo limitado inferior a 1 (um) ano de prática, ao longo do exercício.
- D) existência de inscrição no conselho, ainda que por tempo limitado, ao longo do exercício.
- E) existência de inscrição no conselho, mesmo com exercício esporádico, ainda que por tempo limitado, ao longo do exercício.

Questão 36

Sob à luz da jurisprudência do STJ, os débitos lançados e não pagos pelo devedor, e que não tenham sua exigibilidade suspensa, extinta ou excluída, o credor deve:

- A) não está obrigado a notificar o devedor, podendo proceder a inscrição em dívida ativa diretamente.
- B) notificar o devedor, dando-lhe nova data para pagamento sob pena de inscrição em dívida ativa, momento em que não estará obrigado a notificá-lo de tal inscrição.
- C) notificar o devedor, sem dar-lhe nova data para pagamento sob pena de inscrição em dívida ativa, momento em que deverá notificá-lo de tal inscrição.
- D) notificar o devedor, sem dar-lhe nova data para pagamento sob pena de inscrição em dívida ativa, momento em que não será obrigado a notificá-lo de tal inscrição.
- E) notificar o devedor, dando-lhe nova data para pagamento sob pena de inscrição em dívida ativa, momento em que deverá notificá-lo de tal inscrição.

Questão 37

São exemplos de lançamentos de ofício, por declaração e por homologação, respectivamente:

- A) Anuidades de Conselhos Profissionais; Imposto por Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto Territorial Rural (ITR).
- B) Imposto Territorial Rural (ITR); Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); Imposto Sobre Serviços (ISS).
- C) Imposto sobre propriedade de Veículos Automotores (IPVA); ICMS; Imposto de Renda (IR);
- D) Anuidades de Conselhos Profissionais; Imposto de Renda (IR) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).
- E) Imposto Territorial Rural (ITR); Imposto por Transmissão de Bens Imóveis (ITBI); Imposto de Renda (IR).

Questão 38

Segundo a jurisprudência do STJ, o prazo para o contribuinte propor Ação Declaratória Pura é de:

- A) Imprescritível.
- B) 5 (cinco) anos a contar do ano seguinte em que o lançamento poderia ter sido feito.
- C) 5 (cinco) anos a contar do vencimento do débito.
- D) 5 (cinco) anos a contar da notificação do débito.
- E) 5 (cinco) anos a contar do fato gerador.

Questão 39

Na Ação de Consignação em Pagamento:

- I. O autor propõe a ação, deposita o valor, mas é julgada procedente.
- II. O autor propõe a ação, deposita o valor, mas é julgada improcedente.
- III. O autor propõe a ação, deposita o valor, mas é indeferida a Inicial.

É correto afirmar que o levantamento do depósito será feito, respectivamente, por:

- A) Autor; Autor; Autor.
- B) Réu, Réu; Autor.
- C) Réu; Autor; Autor.
- D) Réu; Réu; Réu.
- E) Autor; Réu; Autor.

Questão 40

Com relação ao negócio jurídico, é correto afirmar que:

- A) a incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- B) a incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for divisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- C) a incapacidade relativa de uma das partes pode ser suprida, acarretando em efeito ex nunc.
- D) a incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for divisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- E) a incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

Questão 41

Em relação aos efeitos do negócio Jurídico, o erro substancial subsiste quando:

- I. interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais;
- II. concerne à identidade ou à qualidade essencial da pessoa a quem se refira a declaração de vontade, desde que tenha influído nesta de modo relevante;
- III. sendo de direito e não implicando recusa à aplicação da lei, for o motivo único ou principal do negócio jurídico;
- IV. o falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II, III e IV.
- B) apenas I.
- C) I, II e III.
- D) I e II.
- E) III e IV.

Questão 42

José aluga imóvel de sua propriedade para Maria, cujo contrato Manuel assume o encargo de fiador, solidariamente responsável pelo cumprimento da obrigação com a Locatária. Inicialmente o prazo convencionado entre as partes era de doze meses, prorrogado amigavelmente entre Locador e Locatária, através de aditivo contratual. Verificado a inadimplência de Maria, José promove ação de cobrança em face de Locatária e Fiador. Na qualidade de advogado contratado pelo fiador, você alegaria:

- A) que tem direito ao benefício de ordem e, portanto, devem ser executados inicialmente bens da devedora.
- B) que possui um único imóvel, e, por isso, não pode sofrer constrição à luz do disposto na Lei nº 8.009/1990, que regula a impenhorabilidade do bem de família.
- C) que por se tratar de obrigação solidária, ele fiador só é responsável pela metade da dívida.
- D) em decorrência da demora do Locador em promover o procedimento, a garantia se extinguiu.
- E) que tenho havido acordo entre as partes do contrato de locação, sem a sua anuência, importa na sua exoneração.

Questão 43

Em termos de responsabilidades de um servidor público, em razão do cargo público no qual foi investido, é correto afirmar que:

- A) o servidor poderá ser responsabilizado pecuniariamente de forma direta pelo próprio usuário do serviço público que alegar e provar que sofreu prejuízos materiais ou mesmo imateriais, causados pela conduta daquele servidor, até mesmo por uma questão de moralidade administrativa.
- B) a responsabilidade administrativa se confunde com a responsabilidade penal, eis que ambas são pessoais e intransferíveis.
- C) os atos de improbidade administrativa praticados por servidor público vão lhe submeter a responsabilização criminal, eis que a improbidade é crime conforme o ordenamento jurídico pátrio.
- D) o servidor nunca responderá pessoalmente, nem mesmo na esfera penal, visto que atua como preposto do poder público, quando exerce o seu cargo público.
- E) a responsabilidade administrativa é de ordem disciplinar, pois é reconhecida quando o servidor pratica conduta violadora de alguma proibição funcional ou quando deixa de observar dever funcional próprio do cargo público em que foi investido.

Questão 44

Um servidor público federal estável candidata-se e é investido em mandato eletivo federal. Nesse caso, ficará afastado do seu cargo efetivo:

- A) ficará o servidor público, obrigatoriamente, afastado do seu cargo, em emprego ou função, sem percepção de sua remuneração, durante o prazo do mandato eletivo federal.
- B) com a percepção de metade da sua remuneração automaticamente, podendo acumular ou optar por uma de suas remunerações.
- C) podendo optar entre sua remuneração e o subsídio do mandato.
- D) sem perda da sua remuneração.
- E) percebendo cumulativamente a sua remuneração e o subsídio do mandato.

Questão 45

A respeito das empresas públicas, assinale a opção correta.

- A) Integram a Administração Indireta e são criadas por lei, mas possuem personalidade jurídica de direito privado e não se beneficiam da imunidade tributária antes aludida.
- B) Integram a Administração Indireta, são criadas por lei, beneficiam-se da imunidade de impostos antes referida, mas são pessoas jurídicas de direito privado.
- C) São pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, integrantes da Administração Indireta, estendendo-se a elas a imunidade à tributação por via de impostos, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.
- D) São pessoas jurídicas de direito público, integram a Administração Indireta, desfrutam da imunidade mencionada na opção a, mas sua criação se faz por ato administrativo do Poder que as institui.
- E) São pessoas jurídicas de direito privado, integram a Administração Indireta e possuem o seu capital integralmente público.

Questão 46

Acerca de desconcentração e descentralização administrativa, somente estará correto afirmar que:

- A) Só ocorre descentralização administrativa por determinação legal.
- B) Uma das formas de descentralização administrativa ocorre quando a Administração Pública indireta delega serviços a órgãos da Administração Pública direta.
- C) A descentralização administrativa origina necessariamente a criação de algum órgão subordinado.
- D) A desconcentração administrativa só ocorre na Administração Pública direta.
- E) A descentralização administrativa pode ocorrer no processo constitucional de criação de um Território federal.

Questão 47

No que concerne aos direitos fundamentais, previstos na Constituição da República brasileira, a única alternativa correta afirma que:

- A) o princípio da jurisdição única, também conhecido como princípio da inafastabilidade da tutela jurisdicional, não comporta exceção, pois se trata de uma garantia que promove o acesso democrático ao Judiciário.
- B) os estrangeiros, mesmo que não residentes no Brasil, possuem direitos e garantias fundamentais, pelo fato de estarem no território brasileiro.
- C) no Brasil não há previsão da pena de morte, assim como não pode haver a pena de banimento.
- D) o devido processo legal se limita às ações judiciais, pois decorre da garantia do acesso à jurisdição.
- E) a prisão administrativa foi definitivamente abolida do direito brasileiro, após a promulgação da Constituição federal de 1988.

Questão 48

Quanto ao trabalho exercido pelo menor, assinale a alternativa correta.

- A) O menor que exerce trabalho, na condição de aprendiz, fica dispensado da frequência ao ensino regular, se incompatível com o horário de serviço.
- B) É proibido qualquer trabalho, mesmo na condição de aprendiz, em virtude de disposição constitucional que fixa a idade mínima de dezesseis anos para o exercício de atividade laborativa.
- C) É permitido o exercício de qualquer trabalho compatível com o seu desenvolvimento, desde que autorizado pelo juiz e em virtude das necessidades econômicas de sua família.
- D) Ao menor que trabalhar na condição de aprendiz são obrigatoriamente assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- E) É proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

Questão 49

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho e entendimento sumulado do TST, no ato de interposição do agravo de instrumento, em regra, e desde que não atingido o valor da condenação:

- A) o depósito recursal corresponderá a 40% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- B) somente será devido o depósito recursal se se tratar de procedimento ordinário, sendo este correspondente a 25% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- C) o depósito recursal corresponderá a 60% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- D) o depósito recursal corresponderá a 30% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.
- E) o depósito recursal corresponderá a 50% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

Questão 50

“ Estacionamento rotativo – Indenização - Por ser um estacionamento por tempo limitado, o objetivo dos estacionamentos rotativos é beneficiar toda a coletividade, estimulando o estacionamento rápido, a fim de que qualquer um possa dele se utilizar e, com isso, desafogar o trânsito, prevenindo, inclusive, o cometimento de infrações por estacionamento em locais indevidos. Pois é, tudo isso que se falou até aqui foi apenas um pretexto para se levantar uma questão que, com muita frequência, surge em nossos Tribunais, onde pessoas pleiteiam indenização por perdas e danos, por terem seus veículos furtados ou roubados nos estacionamentos rotativos. No caso dos estacionamentos rotativos, o que a Administração Pública faz, portanto, é nada mais do que disciplinar, ordenar o uso do espaço urbano, em favor da coletividade, a ela garantindo a rotatividade dos veículos, sem que isso signifique a obrigação de guardá-los” (MADEIRA, José M. Pinheiro. Administração Pública. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016, p. 358).

O fragmento do texto acima se refere ao poder:

- A) de polícia.
- B) disciplinar.
- C) disciplinar.
- D) regulamentar.
- E) hierárquico.

O Candidato terá, no mínimo, 25 linhas e, no máximo, 30 para desenvolver a resposta.

Vamos imaginar o seguinte caso hipotético:

Nicodemus Ferreira é médico veterinário, recém-formado que, após longos anos de estudos na faculdade, pretende assumir a direção da clínica de internação de animais de pequeno porte do pai, além de tentar concursos públicos para os hospitais locais e assim estruturar sua vida. Não obstante, o Diretor do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo - RRMV, Dr. Theodótus, determinou que somente os primeiros vinte por cento dos formandos daquele ano teriam licença para exercer a profissão, pelo fato de existir um verdadeiro excesso de profissionais no mercado, ensejando a sua saturação e gerando desemprego para a categoria. Tais fatos foram devidamente documentados na Resolução do Conselho, respaldados, ainda, em estudos estatísticos do IBGE. Inconformado, Nicodemus realiza consulta a Advogado, Dr. Ptolomeu, que, por sua vez concordou com a Resolução acima citada, que estaria baseada no teor do art. 173, §4º, da Constituição Federal, que aduz:

Art. 173 Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

Parágrafo 4º A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

Sobre o caso hipotético narrado, na condição de advogado, decida a questão indicando os fundamentos de fato e de direito aplicáveis à espécie.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RASCUNHO